

A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL COMO INDUTORA DA SEGURANÇA CIDADÃ: ANÁLISE DA SUA INSERÇÃO NA FORMAÇÃO POLICIAL NA VISÃO DOS GESTORES DE ENSINO DA SENASP, DA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL E DAS POLÍCIAS MILITARES DE MINAS GERAIS, SÃO PAULO E SANTA CATARINA

The National Curricular Matrix as an inducer of Citizen Security: analysis of its insertion in police training in the view of teaching managers at SENASP, the Military Brigade of Rio Grande do Sul and the Military Police of Minas Gerais, São Paulo and Santa Catarina

Carlos Roberto Guimarães Rodrigues¹⁴, Marlene Inês Spaniol¹⁵

RESUMO

Pesquisou-se a formação policial militar tendo como objetivo analisar o processo de criação e implementação da Matriz Curricular Nacional, como política pública indutora da segurança cidadã. Tomou-se como base o processo formativo dos policiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e, na sequência, pesquisou-se junto aos gestores de ensino policial como se deu a inserção da Matriz nos cursos de formação, das polícias militares de Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina, para saber se houve essa inserção e se o processo de aderência às suas diretrizes ocorreu da mesma forma como na Brigada. Em termos empíricos buscou-se identificar avanços que proporcionaram uma formação cidadã e participativa aos policiais de acordo com as recomendações da Matriz. Metodologicamente, a pesquisa foi de natureza qualitativa, com análise documental e entrevistas. Foram entrevistados gestores de ensino policial que atuaram no período de implementação da Matriz. O estudo apontou que na Brigada Militar e nas polícias militares de Minas Gerais e de Santa Catarina houve aderência às recomendações da Matriz, de acordo com o que havia sido previsto pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, diferentemente da Polícia Militar de São Paulo que não aderiu. Concluiu-se que a adoção da Matriz foi importante, confirmando ser a diretriz maior da

¹⁴ Doutorando em Políticas Públicas pelo PPGPP da UFRGS, Mestre em Segurança Cidadã pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS e Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (UFRGS/IFCH/ILEA/PPGSeg), Especialista em Segurança Pública e Cidadania pelo IFCH da UFRGS, Coronel da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul (BM/RS); Secretário de Segurança Institucional do TJRS. Professor de Pós-Graduação no Verbo Jurídico. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5651231199090678>. E-mail: guimacorg@gmail.com.

¹⁵ Doutora em Ciências Sociais e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (GPESC) e do InEAC da UFF, Conselheira e Presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Capitã da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul (BM/RS). Professora do PPGSeg da UFRGS. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0645570006943214>. E-mail: marlenespaniol@hotmail.com.

reforma do ensino policial no Brasil e o que colabora para uma prestação de uma segurança pública mais democrática e cidadã.

Palavras-chave: Segurança Cidadã; formação policial; Matriz Curricular Nacional; Brigada Militar; cursos de formação.

ABSTRACT

Military police training was researched with the aim of analyzing the implementation of the National Curricular Matrix, as a public policy that promotes citizen security. It took as a basis the training process of the police officers of the Military Brigade, and then researched with police education managers how the Matrix was included in the training courses of the military police of Minas Gerais, São Paulo and Santa Catarina, to to know if this insertion took place and if the process of adhering to its guidelines occurred in the same way as in the Brigade. In empirical terms, the objective was to identify advances that provided civic and participatory training for police officers in accordance with the recommendations of the Matrix. Methodologically, the research was qualitative in nature, with documentary analysis and interviews. Police education managers who worked during the Matrix implementation period were interviewed. The study showed that in the Military Brigade and in the military police of Minas Gerais and Santa Catarina there was adherence to the recommendations of the Matrix, in accordance with what had been foreseen by the National Public Security Secretariat, unlike the Military Police of São Paulo which did not adhere. It was concluded that the adoption of the Matrix was important, confirming that it is the main guideline for the reform of police education in Brazil and what contributes to the provision of more democratic and civic-minded public security.

Keywords: Citizen Security; police training; National Curricular Matrix; Military Brigade; training courses.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é um dos temas mais latentes na sociedade brasileira razão pela qual pesquisar a forma como estes profissionais são preparados para o exercício das suas funções é fundamental no atual contexto social.

O objeto desse artigo foi de analisar o contexto de criação da Matriz Curricular Nacional (MCN) pela Senasp e o impacto que ela teve na formação policial. Para tanto, em um primeiro momento do estudo, pesquisou-se a forma como os gestores da Senasp a pensaram na versão inicial de 2003, na versão revisada a partir de 2005 e lançada em 2008 e na versão atual ampliada de 2014.

Tomando como base o processo formativo dos integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS), pesquisou-se, em um segundo momento, junto aos gestores de ensino desta corporação como se deu a inserção da Matriz nos cursos de formação, sendo pesquisados, também, gestores de ensino das Polícias Militares de Minas Gerais (MG), São Paulo (SP) e Santa Catarina (SC), para saber se houve essa inserção da MCN nos cursos de formação e nos treinamentos dos integrantes destas instituições de segurança pública e se o processo de aderência às suas diretrizes ocorreu da mesma forma como se deu na BMRS.

Na pesquisa com os gestores, assessores e técnicos da Senasp que participaram do processo de elaboração, aperfeiçoamento e ampliação da MCN foram entrevistados: Um Secretário da Senasp das duas versões iniciais; duas Diretoras do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (Depaid) da Senasp deste período; e a Consultora Pedagógica da Senasp das três versões da MCN.

Nas pesquisas estaduais, foram entrevistados os gestores de ensino da BMRS Pós-MCN, acerca de suas experiências quanto à inserção e aderência das recomendações da Matriz em seus cursos de formação profissional, sendo eles: Dois Coronéis Diretores do Departamento de Ensino; um Tenente-Coronel Comandante da Academia de Polícia Militar; e um Major gestor da área que atuou tanto na Senasp quanto no assessoramento ao Comando da Polícia Militar gaúcha. Foram pesquisados também gestores indicados pelos comandos das PMs de MG, SP e SC que atuavam na área de ensino quando da realização da pesquisa, acerca da aderência da MCN nos cursos de formação policial em seus Estados.

O método utilizado foi baseado em técnicas de análise documental e textual discursiva e as fontes dos dados foram bancos oficiais, legislações e bibliografias de pesquisadores da área sobre a temática do ensino e formação dos profissionais de segurança pública do Brasil.

Trata-se de um recorte de pesquisa da dissertação de mestrado de um dos autores, junto ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã (PPGSeg) da UFRGS, defendida no ano de 2020.

2 A ADOÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PELA SENASP COMO INDUTORA DA SEGURANÇA CIDADÃ

Uma ação efetiva e que repercutiu no ensino das academias de polícia na busca por uma segurança cidadã foi a elaboração da MCN pela Senasp. Apresentada em 2003, num amplo seminário nacional sobre segurança pública, que tinha por objetivo divulgar e estimular ações formativas dos órgãos integrantes do sistema nacional de segurança pública.

A MCN foi revisada pela primeira vez em 2005, quando foram agregados ao texto outros dois documentos: 1) as diretrizes pedagógicas para as atividades formativas dos profissionais de segurança pública, que contempla um conjunto de orientações para o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações formativas; e 2) a malha curricular que apresentou um núcleo comum composto por disciplinas que congregam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, com o objetivo de garantir a unidade de pensamento e ação desses profissionais.

Entre abril e junho de 2010 foi realizada uma avaliação da MCN por meio de consultoria especializada, cujos resultados serviram de base para a metodologia do processo de revisão dos anos de 2011 a 2012, sendo que para sua ampliação foram formados grupos de trabalho, de caráter consultivo e avaliativo, compostos de colaboradores. O resultado foi apresentado no encontro técnico da MCN em setembro de 2012 com o objetivo de validar o trabalho dando origem a versão final publicada no ano de 2014, que ainda se encontra em vigor.

Poncioni (2007, 2013) destacou em seus estudos acerca do tema “formação em segurança pública” que a MCN alçou o ensino policial e sua formação profissional à agenda governamental, com o status de uma política pública, destacando o papel da Senasp como indutor dessas políticas, considerando-se o lugar privilegiado na escolha de alternativas e propostas para a efetivação de uma segurança cidadã no país.

Nesse mesmo sentido, Tavares dos Santos (2006) referiu a importância da educação policial e das transformações pelas quais estão passando essas instituições de formação após a redemocratização

do país, mudanças essas que necessitam ser acompanhadas e (re)avaliadas. Essa posição foi ratificada por Luiz ao defender dissertação e tese junto à PUC-SP sobre o tema “Formação de soldados da PMSP frente às demandas democráticas” e “Ensinar a ser policial” (Tavares dos Santos, 2006, 2009; Luiz, 2003, 2008). Para o caso do ensino profissional na Polícia Militar de Minas Gerais a partir da década de 1990, Francis Cotta (2014, p. 223-231) ressaltou o processo sócio-histórico-cultural que denominou “de Soldado a Técnico de Segurança do Cidadão”.

Concluída a análise sobre a adoção da MCN pela Senasp como indutora de políticas de formação voltadas à segurança cidadã, a seguir será analisada como foi pensada a Matriz na visão dos gestores e técnicos que a elaboraram.

3 COMO FOI PENSADA A INSERÇÃO DA MCN NA ANÁLISE DOS GESTORES E TÉCNICOS DA SENASP QUE A CRIARAM, APERFEIÇOARAM E AMPLIARAM

Para uma compreensão mais fidedigna dos bastidores da concepção da MCN a ser adotada pelas escolas das Instituições de Segurança Pública do Brasil, foram ouvidos os relatos dos principais gestores e técnicos da Senasp que participaram de forma direta no desenvolvimento, aperfeiçoamento e ampliação das várias fases pelas quais passou a Matriz.

Desta forma, foram entrevistados um Secretário Nacional de Segurança Pública que também desempenhou funções de diretor do Departamento de Pesquisa da Senasp e que colaborou nas versões um e dois da Matriz Curricular, além de uma consultora pedagógica e duas diretoras do Departamento de Ensino e Pesquisa (Depaid), tendo estes quatro atores desempenhado as funções simultaneamente ou continuamente, possibilitando uma percepção completa de todos os ciclos por qual passou a Matriz, podendo-se afirmar que foram entrevistados os principais integrantes da alta gestão da Senasp que pensou, desenvolveu e reavaliou as versões da MCN.

Os relatos dos entrevistados quanto aos fatores motivadores para a elaboração da Matriz pela Senasp revelam que o objetivo principal foi a padronização dos currículos de formação e

aperfeiçoamento dos cursos policiais, de maneira que atendessem os preceitos de uma polícia cidadã.

O ex-Secretário Nacional da Senasp, no período de 2008 a 2011, que na época da 1ª versão era diretor de Departamento de Pesquisa, relata que o então Secretário da Senasp solicitou um diagnóstico que possibilitasse entender como as instituições de ensino dos órgãos policiais estavam desenvolvendo seus cursos e nomeou um grupo de pesquisadores para proceder um preambular diagnóstico nacional sobre o ensino policial nas academias de polícia. O pesquisado deu o seguinte relato:

[...] percorreu-se o Brasil inteiro analisando a qualidade do ensino policial nas diversas academias de polícia brasileiras. Um dos segmentos que fez esta análise foi coordenado pelo Prof. José Vicente Tavares dos Santos, da UFRGS, grupo do qual fiz parte. Nossa análise nos levou a conclusão de que havia uma imensa fragmentação no ensino policial brasileiro, além desta fragmentação não havia padrões metodológicos comuns e também não havia um controle mínimo de qualidade que valesse para o conjunto do território nacional, aí a conclusão foi de que dificilmente se conseguiria produzir uma cultura diferenciada de polícia no Brasil com processos tão díspares de ensino. Assim surgiu a ideia da MCN.

Com esta avaliação preliminar foi constatada uma prejudicial falta de uniformidade nos currículos, carga-horária e disciplinas ministradas nos cursos de formação e de aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública, o que inviabilizaria se pensar em um modelo de polícia consonante com os ditames constitucionais, sem que se tentasse uma maneira de padronizá-los minimamente. Daí se percebeu a necessidade premente de ser pensada uma MCN que corrigisse esta falta de uniformidade e conseqüente padrão que atendessem um necessário repensar na formação policial, pois com modelos tão díspares de ensino, seria impossível ser produzida uma cultura diferenciada de polícia no Brasil.

A consultora pedagógica da Senasp apontou diversas causas para se chegar à conclusão de adoção de uma matriz curricular para padronizar procedimentos na área de ensino policial e assim formar um policial com qualidades profissionais condizentes com a realidade nacional e, conseqüentemente, contribuir para a redução dos índices de violência no país. Referiu em sua fala que:

Pensou-se na criação de uma referência pedagógica para que as instituições de formação policial pudessem planejar suas ações formativas. O desenvolvimento de uma política de formação policial voltada para o atendimento do cidadão.

Referiu que a MCN foi motivada pela “estruturação de um núcleo comum curricular que garantisse uma unidade de pensamento em relação às necessidades, exigências e desafios da área de segurança pública” e, ainda, o fortalecimento dos direitos humanos na formação policial, pois esta disciplina já fazia parte da maioria dos cursos de formação, mas com carga horária reduzida e não ministrada por professores com formação na área de ciências sociais.

Na mesma linha, a diretora do Depaid, quando da criação da MCN, destacou a necessidade de aplicar nas escolas policiais, tanto para cursos de formação quanto de aperfeiçoamento, um instrumento hábil em transformar o perfil das polícias brasileiras para uma polícia qualificada com uma cultura profissional capaz de colaborar com a redução da violência.

Destacou que a Senasp desenvolveu uma agenda de educação para segurança pública, implementada por diversas ações governamentais que redundaram nos referenciais teóricos e metodológicos que dessem ênfase a valores que expressassem o Estado Democrático de Direito, ainda que a ideia de um documento orientador dessas ações poderia levar a uma polícia que privilegiasse a prevenção para a redução dos índices de criminalidade através da apropriação de conhecimentos das ciências humanas e sociais.

Pelos relatos dos gestores, pode-se concluir que a ideia da elaboração de uma MCN que balizasse os procedimentos operacionais e uniformizasse os cursos das instituições de segurança pública, nasceu da percepção do quão heterogêneo eram os currículos no país. É sabido que os aspectos regionais devem ser respeitados e devem constar da adequação da matriz a cada realidade, todavia a linha mestra, tanto em carga horária quanto em conteúdo, deve obedecer a parâmetros similares, somente assim se poderia pensar em um necessário avanço na formação e aperfeiçoamento policial em nosso país.

O modelo adotado para a MCN, segundo todos os gestores entrevistados seguiu padrões já concebidos, não só de outros países, como também foram analisados currículos das polícias brasileiras sendo aproveitados aqueles que possuíam um bom trabalho pedagógico e currículos que atendiam às expectativas e foram introduzidas ideias de maior abrangência em tais avanços pelos profissionais do próprio grupo, tendo, assim, um diagnóstico que demonstrava a inconstância de um modelo que pudesse ser considerado padrão, havendo distorções nas diversas escolas e academias de polícia.

A MCN pode ser considerada o resultado dessa análise nos currículos das polícias brasileiras e de outros países, somado com novas ideias que atendessem a formação de uma polícia voltada ao respeito à vida e a prestação de uma segurança pública mais cidadã.

Tanto o Secretário da Senasp quanto as Diretoras do Depaid à época, afirmam que os estados que não atendessem às recomendações de adesão da MCN, deixariam de receber recursos federais a serem empregados no ensino policial, afirmando que a União não seria obrigada a alcançar recursos a um estado que não demonstrasse a pretensão de melhorar a qualidade de ensino de suas instituições policiais. Sobre isso a Diretora do Depaid do período compreendido entre 2005 e 2011, assim se manifestou:

Os projetos de captação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública apresentados pelas Unidades Federativas para área de educação só eram aprovados se dialogassem diretamente com a MCN. Eles encaminhavam toda a malha, metodologia e prestavam contas disso (até hoje é assim, basta verificar os editais).

Constatou-se que a MCN foi o instrumento utilizado pelo programa de governo para aperfeiçoar os processos de ensino no que refere à metodologia e conteúdo. O fato de a elaboração da matriz ter sido extremamente técnica redundou em acentuada credibilidade dos estados no programa, aliado ao fato de que, para ter acesso aos recursos financeiros da união, o estado tinha que adotar a padronização adequando à realidade de sua região, utilizando a matriz como modelo.

Para os estados, de uma maneira geral, que viviam os reflexos de uma crise de recursos, foi muito positiva a possibilidade de recebimento de aporte financeiro como contrapartida para as instituições de segurança pública com a adoção da MCN. Sabendo que a única forma de ser beneficiado com tais recursos era acolher a recomendação, dificilmente um Poder Executivo deixaria de aperfeiçoar o ensino de suas polícias, pois isso lhe traria benefícios enquanto gestor.

Tanto o ex-Secretário como as ex-Diretoras do Depaid apresentaram críticas sobre as discontinuidades de bons projetos como é o caso da MCN, deixando claro que enquanto estas importantes iniciativas não forem tratadas como projetos de governo e não de governantes, dificilmente se terá os avanços esperados, pois não é crível que a cada quadriênio se tenha que recomeçar sem considerar as boas práticas da gestão que se encerrou, pois se trata de recurso público e o prejuízo que a ruptura deste processo causa é imensa e torna mais difícil a busca por melhorias. Esta falta de continuidade na implementação de políticas públicas foi assim destacada por um dos pesquisados:

Até o final do ano de 2010, quando o nosso grupo deixou o Ministério da Justiça, houve um intenso acompanhamento da implantação nos estados. Depois disso não sei, pois, uma série de políticas públicas construídas entre 2003 e 2010 foram destruídas. Houve um estranho rompimento que se deu nos quadros de um mesmo partido que descontinuou todas as políticas até então adotadas (Secretário da Senasp, 2008/2011).

Importante destacar da fala dos pesquisados de que a MCN foi apenas um dos vértices utilizados pelo Governo Federal para se conquistar uma polícia melhor, pois neste mesmo período foi criada a rede EAD que, em estados como o Rio Grande do Sul, trouxe um novo perfil aos policiais que tinham acesso gratuito a cursos de especialização com conteúdos diferenciados que lhes rendiam até mesmo pontuação para promoção na carreira; também criada a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), através da qual foram realizados cursos de Pós-Graduação, marco importante de aproximação das forças policiais com o meio acadêmico e, também, o auxílio do “bolsa formação” que complementava a renda do policial que se matriculasse e tivesse aproveitamento nos cursos ofertados, ou seja, a MCN foi parte importante de um conjunto de programas.

Todos os pesquisados demonstraram que os avanços atribuídos à adoção da MCN pelas instituições de segurança pública de alguns estados foram muito positivos e importantes na história do ensino policial, mas destacam que o número de polícias que adotaram as recomendações ficou muito aquém do que se almejava, atribuindo esta baixa adesão a cultura das instituições que demonstraram resistência para não quebrar paradigmas.

Concluído o levantamento sobre como foi pensada a Matriz na visão dos gestores e técnicos da Senasp que a elaboraram, a seguir será analisado o processo de formação dos policiais na BMRS e de como a MCN foi inserida no processo formativo na ótica dos gestores dos seus órgãos de ensino.

4 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS POLICIAIS NA BRIGADA MILITAR/RS

A história do ensino nas instituições PMs deriva das concepções militares herdadas do Exército Brasileiro, sendo que só se buscou um viés específico nesse sentido, após receber a incumbência de “polícia ostensiva preventiva fardada”, por meio do art. 3º do Decreto-lei n.º 667, de 2 de julho de 1969, que reorganizou as polícias militares e Corpos de Bombeiros Militares, determinando que fossem adotadas instruções aos efetivos, relativas à atividade-fim dessas corporações.¹⁶

Diferentemente de outras profissões, o policial militar não pode assumir seu cargo público e já de pronto ser empregado na atividade policial, pois necessita receber durante o curso conhecimentos teóricos, práticos e técnicos sem os quais estaria fadado a cometer erros de procedimentos que poderiam ser trágicos tanto para sociedade quanto para a carreira deste profissional. A utilização de armas letais e não letais, por exemplo, requerem treinamento e instruções específicas, além do conhecimento da legislação, assim como os limites legais da atuação que, via de regra, se dá em condições desfavoráveis e de extrema conflitualidade social.

¹⁶ Em 2023 foi sancionada a Lei n.º 14.751, de 12 de dezembro, que Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do *caput* do art. 22 da Constituição da República Federativa do Brasil, altera a Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei n.º 667, de 2 de julho de 1969.

Daí se percebe a importância do zelo e cuidado necessários na elaboração do currículo de formação dos policiais militares, pois neste momento este profissional é apresentado a todas as nuances desta complexa atividade e, caso tenha uma formação deficitária, certamente cometerá erros e dependerá do conhecimento prático de colegas mais antigos, muitas vezes já possuidores de vícios do proceder equivocado, e até ilegal, na condução de sua atividade.

O processo formativo quando da origem da BM, tinha cursos de cunho essencialmente militar, já que a formação e o treinamento tinham por base o modelo adotado pelo Exército, especialmente no chamado período bélico. Nesse sentido Simões (2014, p. 353) destaca que: “[...] dessa época em diante, os comandos que se sucederam, durante esse período (1892-1932), cognominado de ‘fase bélica da BM’, adotaram políticas semelhantes quanto ao preparo intelectual e o adestramento da tropa”. Se a prioridade do governo da época era a segurança nacional, por certo que a opção pelo ensino e o treinamento seriam voltados para essa óptica, pois não se estava formando um profissional de segurança pública, e sim de segurança nacional.

Importante distinguir os momentos históricos (fase bélica e fase policial) pelos quais passou a instituição e isso se refletiu na área de ensino. Rosa (2010, p. 26) destaca a necessidade de se adequar como era feita a capacitação de seus quadros, “[...] podendo abster-se das informações legadas pelo Exército, pois suas concepções são estritamente bélicas, diferentemente do que acontece com as PMs, que têm a preocupação com a resolução de conflitos sociais”.

Percebe-se, desta forma, a preocupação institucional com o período de transição onde as atribuições constitucionais relativas ao policiamento ostensivo e preventivo passaram a representar a mais importante missão das polícias militares brasileiras, tornando-se este o foco prioritário em todos os cursos de formação da instituição ante a essa nova função.

Dessa forma, assim como a trajetória da BMRS se confunde com a própria história do estado do Rio Grande do Sul, o ensino da instituição tem registros bastante distintos, chegando a ter períodos em que muitos profissionais sequer eram alfabetizados, conforme apontou o estudo de Barcellos (2019, p. 35) acerca do tema:

Os registros históricos dão conta de que uma das primeiras atividades de ensino realizadas na Brigada Militar foram as “escolas regimentais”, criadas em 1898, cujo objetivo era alfabetizar as praças, sendo as aulas ministradas por oficiais integrantes dessas unidades.

Com o decorrer dos anos, o curso de ensino passou por algumas modificações. Em 1918, teve a sua designação alterada para Curso de Preparação Militar (CPM), e o seu período de duração foi aumentado para dois anos e meio. No ano de 1934, o CPM foi transformado em Centro de Instrução Militar (CIM). Em 1967, recebeu a designação de Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Quadros da Brigada Militar (ESFAQ-BM). Em 1969, passou a denominar-se Academia de Polícia Militar. Essa última denominação de 1969, perdura até os dias atuais, sendo a sede de ensino onde são desenvolvidos os cursos de formação de oficiais e cursos de especialização para ascensão na carreira de oficiais e, em alguns casos, para praças da Instituição (Barcellos, 2019, p. 36).

A Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, no texto do artigo 129, atribuiu à Brigada Militar a responsabilidade de formar e aperfeiçoar seus efetivos através de cursos regulares, permitindo a formação, atualização de conhecimentos específicos legislativos e técnicos e também a ascensão nos diversos níveis da carreira, neste sentido, Rosa (2010, p. 27) destaca que: “Com essas definições calcadas nas bases constitucionais, verifica-se a importância do estabelecimento de uma estrutura de ensino forte, para o atendimento da responsabilidade atribuída e delegada pela Constituição, para a formação e capacitação dos seus efetivos”.

Atualmente na BMRS há duas formas de ingresso via aprovação em concurso público: uma para soldados, no nível médio, por meio do Curso Básico de Formação Policial Militar (CBFPM) e outra para oficiais, no nível superior, pelo Curso Superior de Polícia Militar (CSPM) onde o posto alcançado no final do curso é o de capitão.

Outros dois cursos de formação, dentro do nível médio, são destinados àqueles que já são policiais, mas almejam evoluir na carreira, ou seja, os Soldados que se preparam para serem promovidos à graduação de Sargentos necessitando para tanto, aprovação no Curso Técnico em Segurança Pública (CTSP) e os Sargentos que almejam galgar o posto de Tenente e frequentam o Curso Básico

de Administração Policial Militar (CBAPM). Ambos ocorrem por concurso interno com vagas destinadas por tempo de serviço e por mérito intelectual.

Já os dois cursos de habilitação da instituição visam tornar o policial apto às promoções na carreira de nível superior, é o caso do Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM) para os Capitães que precisam se habilitar para serem promovidos ao posto de major e o Curso de Especialização em Políticas e Gestão de Segurança Pública (CEPGSP) que habilitará os oficiais do posto de Tenente-Coronel à promoção ao posto de Coronel, último posto da carreira de policiais militares.

Quanto a carga horária dos cursos vê-se pela Tabela 1 que os dois cursos de formação de ingresso na carreira: o CBFM, para soldados, contendo 1.675 h/a e o CSPM, destinado aos alunos oficiais com 2.585 h/a, são os cursos com maior carga horária, considerando a necessidade de uma transmissão maior de conhecimentos para os novos integrantes da BM, visando uma formação profissional adequada, enquanto que os demais cursos: o CTSP (com 800 h/a), o CBAPM (com 620h/a) e o CAAPM e CEPGSP (ambos com 555h/a cada) são cursos internos para evolução na carreira, portanto as disciplinas específicas para a formação não têm necessidade de serem ministradas novamente e cada um destes cursos objetiva ministrar conhecimentos para as atividades que irão exercer depois de formados.

Tabela 1 – Cursos de Formação e Aperfeiçoamento na Polícia Militar do RS

| Cursos BMRS | Tipo de curso (formação ou aperfeiçoamento) | Nº de Módulos | Carga horária (h/a) de cada módulo ou semestre | Nº de disciplinas | Carga Horária |
|--------------------|--|----------------------|---|--------------------------|----------------------|
| CBFPM | Formação (para ingresso) | 03 | 1-370; 2-1.025; 3-280 | 53 | 1.675 h/a |
| CTSP | Formação (evolução carreira) | 03 | 1-295; 2-235; 3-270 | 25 | 800 h/a |
| CBAPM | Formação (evolução carreira) | 02 | 1-290; 2-280+50 | 21 | 620 h/a |
| CSPM | Formação (para ingresso) | 04 | 1-555; 2-765; 3-720; 4-545 | 67 | 2.585 h/a |
| CAAPM | Aperfeiçoamento/habilitação | 01 | 1-555 | 13 | 555 h/a |
| CEPGSP | Aperfeiçoamento/habilitação | 01 | 1-555 | 17 | 555 h/a |

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Departamento de Ensino da BMRS.

Todos os cursos da instituição, sejam eles de formação ou de pós-graduação que habilitam a promoção ao posto ou graduação superior, tem requisitos e objetivos diferenciados como descrito na Tabela 2.

Tabela 2 – Cursos da Polícia Militar do RS e seus Requisitos e Objetivos

| Cursos | Requisito | Quem forma | Objetivo do curso e funções futuras |
|--------|----------------------------|------------------------|---|
| CBFPM | Ensino Médio ¹⁷ | Soldados | Atuar na linha de frente junto à comunidade na atividade fim da corporação |
| CTSP | Ensino Médio | Sargentos | Supervisionar a atuação dos soldados e assessorar a chefia nas tarefas administrativas |
| CBAPM | Ensino Médio | Tenentes | Ser comandante de pelotão e frações destacadas e encarregado de procedimentos administrativos |
| CSPM | Formação Jurídica | Capitães | Funções gerenciais iniciais, ser Cmt de Cia PM, encarregado de inquéritos PM, conselhos <i>etc.</i> |
| CAAPM | Ser capitão | Só habilita à promoção | Funções gerenciais intermediárias e de comando de tropa e unidades operacionais |
| CEPGSP | Ser Maj ou Ten Cel | Só habilita à promoção | Funções gerenciais institucionais do alto comando e de administração da corporação |

Fonte: Departamento de Ensino da Brigada Militar - Divisão de Ensino e Treinamento (DE/DET).

Em todos os seis cursos acima referidos houve inclusão de algumas disciplinas Pós-inserção da MCN¹⁸ que significaram avanços na busca por uma formação mais cidadã e participativa aos profissionais de segurança pública, dentre elas: ética e cidadania, polícia comunitária, direitos humanos, multiculturalismo, dentre outras que contribuíram para uma mudança de postura dos policiais da BM.

¹⁷ Recentemente houve uma alteração legislativa através da LC nº 15.882, de 3 de agosto de 2022, que aprovou a exigência de nível superior para ingresso como soldado, mas cuja vigência se dará somente a partir do ano de 2027. O teor da mudança foi: Art. 1º [...] § 5º A escolaridade de nível superior para ingresso e ascensão na carreira aplicar-se-á, exclusivamente, aos Militares Estaduais nomeados após aprovação nos concursos cujo edital de abertura seja publicado após 01/07/2027.

¹⁸ Uma análise mais detalha da inserção da MCN nas grades curriculares não será feita no presente estudo, pois não fez parte do recorte de pesquisa deste artigo, mas podem ser encontradas em: GUIMARÃES RODRIGUES, Carlos Roberto. **Educação policial e segurança cidadã**: análise da inserção da matriz curricular nacional na Brigada Militar/RS e na forma de policial em democracia. Dissertação. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213150>. Acesso em: 08 dez. 2023.

Concluída a análise do processo formativo dos PMs da BMRS, o próximo tópico refere-se à inserção e aderência da MCN na visão dos gestores de ensino.

5 ANÁLISE DA INSERÇÃO E ADERÊNCIA DA MCN NA VISÃO DOS GESTORES DE ENSINO DA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL

Para se verificar como os gestores de ensino da BMRS perceberam a aderência ao modelo da MCN, foram pesquisados dois diretores de ensino, (um que exerceu as funções entre 2007 e 2011 e o Diretor quando da realização da pesquisa que atuou entre 2017 a 2019) e dois Comandantes da APM (um Cmt de 2003 a 2005 e um Cmt de 2009 a 2011), que atuaram na área de ensino durante e após a adoção da Matriz (sendo que um deles exerceu as duas funções) além de um oficial da BM que atuou na área de ensino da Senasp e também junto ao Comando da BMRS, com o objetivo de pesquisar como se deu esta inserção e os desafios enfrentados.

No que se refere às mudanças implementadas no ensino da BMRS com a adoção das recomendações da MCN, os entrevistados deram ênfase não somente a uma qualificação mais apurada nos currículos, mas destacaram a importância da contrapartida financeira que possibilitou o reaparelhamento e a modernização das escolas policiais, investimento que trouxe mais modernidade às salas de aula e centros de treinamento. Até mesmo a elaboração da Lei de Ensino da Instituição e demais regimentos originados desta, foram desenvolvidos respeitando as recomendações da MCN, assim como os currículos e os projetos pedagógicos.

[...] o processo de ensino-aprendizagem na carreira militar é o pilar principal da perenidade da instituição. Uma instituição militar é um organismo vivo, não basta viver apenas de seu passado e sua história gloriosa; precisa apresentar resultados satisfatórios às necessidades da comunidade à que serve. A MCN veio nesse desiderato, trazer uniformidade e eficiência do serviço prestado à luz das mudanças trazidas pela Constituição e redemocratização do Brasil (Diretor de Ensino da BMRS, no período de 2007 a 2011).

É possível afirmar que a mais perene marca da adoção das recomendações da MCN esteja nos currículos dos cursos e treinamentos desenvolvidos pelas instituições de ensino policial, aliados a padronização da carga horária, especialmente nas ações formativas.

O Diretor de Ensino, no período de 2017 a 2019, recordou que o aumento da carga horária foi de mais de 1/3, passando de 1.000 horas para mais de 1.600 horas aula, ressaltando que este período de formação muitas vezes havia sido alterado por pressão política, acelerando o término dos cursos para serem colhidos frutos políticos com a entrega de novos policiais às comunidades.

Também foi referido pelos diretores que houve supressão de disciplinas oriundas de manuais de instruções herdadas das Forças Armadas, substituídas por disciplinas da área de ciências sociais, mais adequadas a profissionais que, após formados, iriam dialogar com cidadãos, por vezes em situação de conflito social, e não com inimigos em situação de guerra. Um dos pesquisados, Diretor de Ensino da BMRS, no período de 2007 a 2011, destacou que:

[...] Além do aumento da carga horária, trabalhávamos com currículo herdado da antiga IGPM¹⁹. [...] Novas disciplinas da área de humanidades foram acrescentadas e/ou reforçadas, e suprimidas algumas de conteúdo técnico-profissional puramente militar, como ODIT (Operações de Defesa Interna e Territorial), OT (Operações Territoriais) dentre outras. Algumas como “Armamento e Tiro” tiveram profunda modificação e aumento de carga-horária, passando ao conceito de “Uso progressivo da força e Arma de Fogo”, fortalecendo disciplinas visando o emprego de técnicas não letais de uso da força.

Essa mudança curricular foi relatada, no texto em seguida, pelo Cmt da APM, no período de 2009 a 2011, destacando que a atribuição de mudar os currículos e adaptar a carga horária às recomendações da MCN eram do Departamento de Ensino da BM, cabendo à Academia a execução destas adequações curriculares e a aplicação da transversalidade disciplinar e do ensino continuado:

[...] com a adoção da MCN, tiveram que ser revisados todos os currículos das escolas, visando o atendimento total ou parcial da mesma, pois algumas disciplinas não constavam dos conteúdos programáticos ou nas que já existiam, foram necessários

¹⁹ A Inspeção-Geral das Polícias Militares (IGPM) é um órgão vinculado ao Exército e foi criada no auge da repressão política, por meio do Decreto n.º 61.245, de 28/08/1967, e almejava coordenar as ações das PMs nos diversos estados, bem como ressaltar o controle militar federal sobre estas.

ajustes de carga horária e no elenco das unidades didáticas. Contudo, todas essas mudanças não foram adaptadas ou elaboradas diretamente pela APM e sim pelo Departamento de Ensino da BM, cabendo a APM, somente os ajustes nos calendários e a busca de materiais, equipamentos e instrutores capacitados a aplicação dos conteúdos programáticos.

A importância da padronização das cargas horárias dos cursos foi destacada por todos os pesquisados, pois a falta de critérios para a distribuição destas nos cursos, pode fazer com que a mesma formação tenha um tempo de curso e de horas aula muito diferente do que outro, sendo que estes equívocos foram corrigidos com a adoção das recomendações da Matriz.

Os pesquisados destacaram sobre o risco da administração de ensino depender da vontade política para definir a carga horária dos cursos, pois a sociedade necessita de profissionais de segurança pública cada vez melhor preparados para corresponder às expectativas dos cidadãos em relação a sua atividade. Um policial que tem reduzido o tempo de curso complementar seus ensinamentos na prática laboral e, nesta profissão, os erros podem trazer resultados indesejados e colocar em xeque a credibilidade da instituição.

Não foi sentida pelos gestores de ensino da BMRS muita dificuldade na adoção da Matriz. Um dos gestores, Diretor de Ensino, no período de 2007 a 2011, destacou que a primeira dificuldade sentida foi por parte dos próprios administrados de compreenderem que se vivia um período de acolhimento de um novo panorama constitucional e de uma necessária modificação curricular privilegiando as ciências sociais em detrimento da majoritária carga-horária de disciplinas técnicas e operacionais. Destacou também que:

[...] a mudança de paradigma, mormente por serem currículos muito antigos, geram dificuldades. A primeira é de capacitação dos quadros para compreenderem o novo momento no cenário do país e estado, e a introdução do princípio de "prestação de contas" também à comunidade e órgãos de controle externo.

Importante refletir que toda quebra de paradigma traz consigo justificada dificuldade de assimilação e, em instituições tradicionais com quase duzentos anos de existência, é esperado que as mudanças tenham recepção paulatina acompanhada de muitos questionamentos e desconfianças. Superado

este momento inicial e demonstrados os benefícios que a nova metodologia traria, as alterações foram incorporadas à gestão de ensino e que, no caso do Rio Grande do Sul, norteiam as ações pedagógicas até os dias atuais.

Ao questionamento sobre quais providências poderiam ter sido adotadas para que a aderência à Matriz pudesse ter ocorrido com menos entraves e resistências à quebra de paradigma, os gestores entrevistados com experiências Pós-MCN tiveram a oportunidade de expressar os caminhos para uma adoção mais favorável das recomendações da matriz pelas instituições de ensino policial nos estados, sendo que o Diretor de Ensino, no período de 2017 a 2019, destacou que: “Nós fomos nos adaptando paulatinamente. Não veio uma imposição para abandonar o que já se tinha, fomos agregando as recomendações da MCN ao que já tínhamos. Se houve alguma dificuldade, esta foi pontual e pessoal, mas não institucional”.

O Diretor de Ensino, no período de 2007 a 2011, destacou que para haver maior êxito na adoção da MCN pelos estados “seria necessário ampliar o tempo para a capacitação dos profissionais e disponibilidade de fontes de financiamento contínuas, para a inversão/manutenção de ferramentas/instalações de ensino condizentes com os objetivos da MCN”, justificando que o tempo disponibilizado foi exíguo, assim como os recursos a serem empregados no financiamento de projetos poderiam apresentar possibilidades de melhor atendimento das recomendações por parte dos estados.

O Diretor de Ensino, no período de 2017 a 2019, defendeu que valorizar a formação policial seria fundamental, pois a descontinuidade de investimentos e baixa valorização da área de ensino tem reflexo direto na formação policial e, conseqüentemente, no perfil do profissional de segurança pública e na qualidade da prestação de serviço que será alcançada à sociedade. Destacou que: “a mudança que precisaríamos vivenciar no Estado do RS seria a forma de compreensão da governança no sentido de valorizar a educação, reestruturar a base da formação que são as escolas que precisam estar bem estruturadas para formar bem”. A educação policial e, conseqüentemente a formação dos quadros de efetivo, segundo entendimento deste entrevistado, precisa ser prioridade

no planejamento estratégico da Brigada Militar, tema que não tem sido privilegiado pelos diversos comandos da instituição.

O investimento em equipamentos, armamentos e veículos adequados para a atividade policial são importantes para este ofício tão prioritário à sociedade, todavia sem o adequado investimento na formação e permanente reciclagem e atualização destes conhecimentos, teremos uma polícia com ações questionáveis e criticadas pela sociedade, conquanto a educação policial e a gestão do ensino devem ser prioridade na agenda de todo governante.

Por fim, todos os gestores da ensino da BMRS apontaram soluções para que houvesse maior adesão às recomendações da MCN pelos estados, das quais se destacam: maior tempo de capacitação aos profissionais da área de ensino para entendimento da dinâmica dos convênios e recebimento das contrapartidas; uma prévia reestruturação das escolas e mais valorização e priorização do ensino por parte da governança; respeito às peculiaridades locais e realização de estudo profissiográfico para indicar o perfil ideal esperado do profissional de segurança pública; elaboração de planejamento estratégico para definir etapas a serem atingidas em prazos determinados visando uma reorganização do ensino nas escolas policiais. Também foi apontada a necessidade de uma maior participação dos estados na construção da MCN, pois estes foram pesquisados, mas não ouvidos enquanto destinatários das recomendações que iriam impactar sobremaneira os currículos de formação dos órgãos de segurança pública.

Concluída a análise da inserção da MCN nos cursos e treinamentos na visão dos gestores de ensino da BMRS a seguir será feita a análise com os mesmos questionamentos aos gestores da área de ensino das PMs de MG, SP e SC.

6 ANÁLISE DA INSERÇÃO E ADERÊNCIA DA MCN NA VISÃO DOS GESTORES DE ENSINO DAS POLÍCIAS MILITARES DE MG, SP E SC

Para verificar se a percepção da aderência às recomendações da MCN se deu nos mesmos moldes como os gestores de ensino da BMRS a perceberam, foram pesquisados gestores indicados pelos Comandos das PMs de MG, SP e SC que atuavam na área de ensino, entre 2018 e 2019, quando da realização da pesquisa, acerca da inserção da matriz nos cursos de formação policial em seus respectivos Estados.

Questionados sobre a importância da MCN na formação dos profissionais de segurança pública em seus Estados o gestor de ensino da PMSP entende que os conteúdos da MCN denotam uma visão moderna de segurança pública, apesar de que, diferentemente dos outros estados, o gestor paulista admite que a matriz foi apenas inspiração para uma releitura própria daquela instituição às novas orientações constitucionais. O gestor de ensino da PMMG, por sua vez, ressaltou que as bases curriculares da MCN auxiliaram na padronização dos cursos e no planejamento curricular com o objetivo de formar policiais com o perfil esperado à atividade de segurança pública. Destacou em sua fala que:

As Bases Curriculares para a Formação do Profissional de Segurança Pública se constituíram em um referencial para auxiliar na homogeneização dos cursos de formação e planejamento curricular, visto que trouxe um modelo de perfil desejado do profissional de segurança pública. Apresentou competências básicas que deveriam ser agregadas às competências específicas de cada Instituição.

Na PMSC os gestores informaram que a MCN 2014, representou “um referencial teórico-metodológico que orienta, fundamenta e dá sustentação à implementação dos cursos e às ações formativas em nossa PM”, destacando que a importância da MCN 2014 no Centro de Ensino da PMSC é sentida devido ao fato de ser balizadora de todos os seus processos de formação.

A importância que as PMs de MG, SP e SC deram à MCN e a aderência que fizeram às suas recomendações pode ser melhor percebida conforme descrição da Tabela 3. Embora todos os pesquisados reconheçam o papel e a importância da MCN na formação dos novos profissionais de

segurança pública, a sua adoção se mostra diferente, deixando clara a independência da PMESP nessa aderência, tanto na atualização curricular como nas orientações pedagógicas, enquanto que a sua inserção nas PMs de MG e SC foi mais efetiva, assemelhando-se ao caso da BMRS

Tabela 3 - Mudanças Pós-MCN e sua Influência na Formação PM em SP, MG e SC

| INSTITUIÇÃO | MUDANÇAS PÓS-MCN E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO PM |
|-------------|--|
| PMESP | Pouca influência das recomendações da MCN na atualização curricular e nas orientações pedagógicas dos cursos de formação, serviu apenas como inspiração |
| PMMG | Muita influência das recomendações da MCN na atualização curricular e nas orientações pedagógicas dos cursos de formação, teve forte aderência no planejamento e busca de um modelo mais adequado de formação policial |
| PMSC | Muita influência das recomendações da MCN na atualização curricular e orientações pedagógicas dos cursos de formação, balizando todos os processos formativos desde então |

Fonte: Elaborada pelos autores com base na pesquisa de campo realizada.

Quanto às mudanças implementadas após a entrada em vigor da MCN pelas áreas de ensino de suas corporações, mais uma vez o gestor da PMESP deixa clara a independência do órgão de ensino policial no que refere à organização de seus cursos, sem seguir as orientações da Matriz, afirmando que os currículos dos cursos de formação são responsabilidade do Estado Maior e Diretoria de Ensino daquela PM, que a MCN somente se prestou como “inspiração” para a adequação curricular, sendo muito pouco utilizada:

[...] os currículos dos cursos de formação são de responsabilidade do Subcomandante da PM, por meio da 3ª Seção do Estado-Maior. Há, ainda, a Diretoria de Ensino e Cultura que também integra o processo de eventuais alterações curriculares, além da própria unidade formadora. Em 2013, houve uma importante mudança curricular no Curso de Formação de Oficiais. Nessa mudança curricular, a MCN funcionou como uma inspiração; em momento algum, houve portaria ou mudança legislativa que houvesse sido influenciada pela MCN, ao menos do meu lugar na estrutura que promoveu a referida alteração curricular, a MCN foi minimamente utilizada (Gestor de ensino da PMSP).

O gestor da PMMG destacou que houve adoção das orientações da Senasp com o objetivo de “adequar a formação profissional à visão de polícia orientada para a sociedade”, inclusive com a

elaboração de perfis profissiográficos para o desempenho das atribuições policiais, complementando que os princípios da MCN são norteadores do projeto pedagógico e na organização dos cursos daquela polícia, tendo também como objetivos o fortalecimento da identidade organizacional e o aprimoramento da qualidade da prestação de serviço público. Esclareceu que:

[...] Desde 1999 a PMMG desdobra as orientações da Senasp na implementação de projetos com a finalidade de adequar a formação profissional à visão de polícia orientada para a sociedade. A partir de então, foram procedidos estudos por meio de comissões multidisciplinares e elaborados perfis profissiográficos para os diversos cargos, que vêm sendo atualizados de acordo com as demandas internas e externas à corporação. [...] Os princípios filosóficos e técnico-metodológicos norteadores do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e dos Projetos dos Cursos da APM de MG refletem o alinhamento com as diretrizes da Senasp ao definirem o compromisso da Educação de Polícia Militar (EPM) para uma formação inicial e continuada, pautada pela noção de que não existe separação entre segurança pública e cidadania. Buscam, ainda, fortalecer a identidade organizacional e orientar a prática policial, tornando-se ferramentas importantes na qualidade dos serviços prestados à população.

Mesmo seguindo as orientações pedagógicas da MCN, o entrevistado demonstra que as peculiaridades específicas daquela instituição policial são observadas e adequadas a filosofia apontada pela Senasp, ou seja, são respeitadas as particularidades locais e de formação. Os eixos articuladores que fixam as orientações da matriz são observados por meio de atividades pedagógicas organizadas pelo corpo docente e discente dos respectivos cursos.

Assim como o projeto pedagógico institucional da PM mineira, os currículos dos cursos estão alinhados às orientações da MCN buscando moldar a formação profissional ao perfil esperado da formação cidadã, mas sempre respeitando a missão e os valores peculiares daquela instituição PM em consonância dos conhecimentos técnicos com os ensinamentos acadêmicos:

As malhas dos cursos da EPM são construídas com base nas áreas temáticas constantes na MCN da Senasp, devidamente adequadas às peculiaridades da PMMG. Os eixos articuladores perpassam as práticas pedagógicas por meio de abordagens metodológicas tais como seminários, palestras, simpósios, ações sociais e outras atividades organizadas pelo corpo docente e discente. [...] A concepção de currículo adotada pela EPM é alinhada à MCN e busca responder tanto à formação profissional quanto à formação cidadã, tendo como pano de fundo a missão e os valores institucionais, incorporando outros espaços e tempos de aprendizagens numa prática cada vez mais vinculada ao contexto do trabalho policial no sentido de

contribuir para o processo de construção e produção de saberes da experiência, dialogando com os saberes acadêmicos (Gestor de ensino da PMMG).

Na PMSC houve adequação e atualização da malha curricular, especialmente na revisão de conteúdos e procedimentos práticos, destacando os gestores pesquisados que:

As mudanças implantadas se deram no campo da discussão, adequação e atualização da Malha Curricular para os cursos promovidos pelo Centro de Ensino da PMSC, notadamente no que tange a revisão dos conteúdos conceituais e procedimentos práticos. A instrumentalização das adequações é realizada tendo como ancoragem às discussões do Núcleo Docente Estruturante, órgão responsável por acompanhar, avaliar e atualizar os cursos na busca contínua de sua qualidade (Gestor de ensino da PMSC).

Percebe-se que das quatro PMs pesquisadas, incluindo-se a do RS, apenas o gestor de ensino da PMSP afirma que as recomendações da MCN foram minimamente utilizadas na atualização curricular e adequação dos processos pedagógicos, podendo concluir que as orientações contidas na MCN balizaram e ainda orientam as ações pedagógicas das instituições de ensino policial no Brasil.

Quanto as mudanças necessárias para uma maior inserção das recomendações da MCN, o gestor de ensino da PMMG sugere que “o ideal seria um tempo maior para a integralização do currículo, com carga horária maior”. Entende que as adaptações curriculares devem ser permanentes e com o objetivo de formar policiais melhor preparados tecnicamente e dotados de compreensão abrangente dos anseios da sociedade à que presta seus serviços.

Apresentando o modelo adotado pela gestão pedagógica da polícia mineira, o entrevistado demonstra que àquela instituição está plenamente em consonância com o conceito de segurança cidadã onde são atendidas as proposições em que se integram novas disciplinas e formas de conhecimento, destacando a importância de se relacionar a teoria com os aspectos práticos que serão enfrentados pelos profissionais de segurança pública, com metodologias de ensino que permitam “problematizar questões do cotidiano”, utilizando publicações das mídias, práticas simuladas e experiências vivenciadas.

A transição de atuação de uma polícia tradicional para uma polícia cidadã atendendo aos ditames da MCN foi uma experiência positiva e trouxe conceitos que foram incorporados a formação dos profissionais de segurança pública daquele estado, destacando a transversalidade dos direitos humanos no currículo dos cursos. Destacou em sua fala que:

Considero que a experiência foi bastante rica e constituída de aprendizado na área educacional, visto que a MCN apresentava conceitos novos e até então não incorporados no discurso educacional da formação dos policiais em Minas Gerais, portanto, fomos ampliando os estudos e a capacitação dos nossos gestores de ensino no sentido de melhor compreensão e apropriação de uma abordagem conceitual no campo da educação por competência e da transversalidade em direitos humanos no currículo dos cursos (Gestor de ensino da PMMG).

O gestor da PMESP avaliou que mesmo não adotando as recomendações da Matriz, a busca por segurança cidadã naquele Estado também é uma realidade. Já para os pesquisados da PMSC, mesmo sendo uma iniciativa positiva e com grandes impactos na formação policial, eles entendem que esta transição deveria ser planejada e implantada sem atropelos para não gerar a sensação de frustração.

Os resultados da pesquisa junto aos gestores de ensino da PM dos estados de SP, MG e SC, que atuaram nas instituições de ensino após a inserção da MCN, nos permitem concluir que:

- O gestor da PMESP, diferentemente dos estados de MG e SC, deixa clara a independência dos órgãos de ensino daquela polícia, afirmando que a matriz foi consultada, mas muito pouco utilizadas suas recomendações nas atualizações pedagógicas e curriculares realizadas;

- Os gestores de ensino policial mineiro e catarinense pesquisados, da mesma forma que o estado do RS, afirmaram que as recomendações da MCN tiveram muita influência nas atualizações dos protocolos de ensino de suas polícias, confirmando que houve adequações curriculares, acréscimos e/ou supressões de disciplinas com o intuito de atender às recomendações, todavia os gestores da polícia mineira afirmam que aquela instituição também se valeu de normas internas;

- Como sugestões de alterações que permitiriam maior aderência da MCN pelos estados, o gestor da PMESP indica que deveria haver mais simplicidade e clareza na apresentação dos princípios, enquanto o representante da PMMG sugere maior prazo para adequação da polícia às novas orientações e SC complementa que as mudanças necessitam mais tempo para se perfectibilizar;

- Para melhor se atender ao conceito de polícia cidadã, o representante de SP entende que as ações preventivas devam prevalecer e que prisões não devem ser prioridades. O gestor mineiro entende que a formação deve acompanhar a evolução social e a polícia preventiva deve prevalecer na solução dos problemas; e

- Diferentemente dos gestores de ensino policial do RS, os de MG, SP e SC afirmaram não terem sido beneficiados por contrapartidas financeiras para atender às recomendações da MCN, o que era esperado de SP, pois não necessitou conveniar com o governo federal, mas os outros dois estados atenderam as recomendações e mesmo assim informaram desconhecer o recebimento dos benefícios.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados da pesquisa apontam que houve um rigor técnico na elaboração, revisão e ampliação da MCN, objetivando padronizar procedimentos no que se refere aos processos formativos das instituições que atuam no campo da segurança pública, criando um consenso da necessidade de um esforço de abrangência nacional para o aprimoramento da formação destes profissionais em sua complexidade e potencializando o compromisso com a cidadania e a educação para a paz.

A pesquisa qualitativa com os gestores que planejaram e criaram a MCN apontou que houve preocupação em se buscar o que havia de mais moderno neste aspecto em outros países e polícias, bem como foi buscado apoio no meio acadêmico como demonstrou a fala do titular da Senasp quando a MCN foi criada e sofreu sua primeira ampliação. As posições técnicas demonstraram que

se buscou um aproveitamento das boas políticas de ensino existentes no Brasil, aperfeiçoando-a para facilitar sua aderência pelas escolas de formação policial.

Na pesquisa com os gestores estaduais de ensino das escolas de formação da BMRS foi ratificada a aderência à MCN nas suas falas, mostrando-se engajados em inserirem as recomendações da matriz em seus períodos de atuação frente à área de ensino da instituição, com a consciência de que investir em educação policial seria fundamental para que se formassem profissionais de segurança pública aptos a prestarem uma segurança pública mais participativa e cidadã.

Na pesquisa com os gestores Pós-MCN, foram entrevistados representantes das PMs de SP, MG e SC; realizada com o intuito de analisar se estes estados adotaram a MCN e como se deu este processo; trouxe resultados bastante reveladores, pois a PM de SP claramente não a adotou, usando-a apenas como uma referência para elaboração da sua própria matriz, enquanto que nas PMs de MG e SC a inserção se deu de maneira plena semelhante ao RS, porém sem que esses tivessem conhecimento de contrapartidas financeiras para sua adoção, enquanto que na BMRS esse atrativo aporte financeiro do governo federal foi amplamente divulgado e comemorado.

Um sistema de segurança pública democrático passa, antes de tudo, por qualificação humana e capacitação técnica dos seus operadores diretos, confirmando posição de Tavares dos Santos (2014, p. 31) de que não há qualificação sem educação e de que não há educação que possa depender exclusivamente de aprendizado adquirido antes e fora das instituições.

A importância e a relevância social do tema pesquisado foram ratificadas em pesquisa do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2013, p. 60) no mapeamento nacional dos modelos de formação policial, que apontou vinte proposições para a reforma do ensino destes profissionais, sendo que a primeira delas foi a ratificação da MCN da Senasp como a diretriz maior da reforma do ensino policial. Neste mesmo sentido, a continuação da atualização da Matriz constou entre as propostas de valorização educacional, em estudo sobre agenda de segurança cidadã da Câmara dos Deputados (Brasil, 2018,

p. 30) e, mais recentemente, em conclusão de pesquisa nacional e internacional de Tavares dos Santos (2019, p. 289).

Conclui-se que os avanços apresentados no presente estudo alçaram o ensino e a formação dos órgãos policiais no Brasil a um patamar mais próximo do atendimento do texto constitucional no que concerne ao perfil desejado dos profissionais de segurança pública.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Jorge Alfredo Pacheco de. **Processos Educacionais e sua influência sobre os gestores da Brigada Militar**: o Curso de Especialização em Políticas e Gestão de Segurança Pública, 2019. Orientador: Dr. Norberto Kuhn Junior. Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) - Universidade Feevale, Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000019/000019aa.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 667, de 2 de julho de 1969**. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 2 jul. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-667-2-julho-1969-374170-norma-pe.html>. Acesso em: 28 nov. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para a formação em Segurança Pública**. Brasília, DF, 2002/2003. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Disponível em: https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Mapeamento_modelos_ensino_policial_2013.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional Para a Formação em Segurança Pública**. Brasília, DF, 2009. 2. ed. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Disponível em: file:///C:/Users/Dell/Downloads/silo.tips_matriz-curricular-nacional.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Mapeamento dos modelos de ensino policial e de segurança pública no Brasil**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. jul. 2013. Disponível em:

https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Mapeamento_modelos_ensino_policial_2013.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **MCN para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 3. ed., 2014. Disponível em: <https://www.bibliotecadeseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/01/matriz-curricular-nacional-para-acoes-formativas-dos-profissionais-de-area-de-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Agenda de Segurança Cidadã: por um novo paradigma**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudos/pdf/agenda_seguranca_%20cidadã.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

COTTA, Francis Albert. Transição, transformação e mudança. In: COTTA, Francis Albert. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

GUIMARÃES RODRIGUES, Carlos Roberto. **Educação policial e segurança cidadã: análise da inserção da matriz curricular nacional na Brigada Militar/RS e na forma de policial em democracia**, 2020. Orientador: Dr. José Vicente Tavares dos Santos. Dissertação (Mestrado em Segurança Cidadã) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213150/001117042.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 dez. 2023.

LUIZ, Ronilson Souza. **O Currículo de Formação de Soldados da Polícia Militar Frente às Demandas Democráticas**, 2003. Orientador: Dr. Antonio Chizzotti. Dissertação (Mestrado em Educação-Currículo) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/9947/1/Ronilson.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2023.

LUIZ, Ronilson Souza. **Ensino Policial Militar**, 2008. Orientador: Dr. Mario Sergio Cortella. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/10067/1/Ronilson%20de%20Souza%20Luiz.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2023.

PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 1, n. 1.3, p. 22–31, 2007. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/3>. Acesso em: 18 nov. 2023.

PONCIONI, Paula. Governança democrática da segurança pública: o caso da educação policial no Brasil. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1, p. 48-55, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/fBh9K4QLKPZChXVHDkSQpVK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1989. Disponível em: <https://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=WQdlfqNoXO4%3D&tabid=3683&mid=5359>. Acesso em: 8 nov. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei complementar n.º 10.992, de 18 de agosto de 1997**. Dispõe sobre a carreira dos Servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/10.992.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Complementar n.º 15.882, de 3 de agosto de 2022**. Altera a Lei Complementar n.º 10.992, de 18 de agosto de 1997, que dispõe sobre a carreira dos Servidores Militares do Estado do RS e a Lei n.º 12.307, de 8 de julho de 2005, que dispõe sobre as condições específicas para ingresso na BM/RS. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/15.882.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

ROSA, Roget Kopczynski da. **Estratégia da BM/RS na melhoria do seu sistema de ensino superior para a qualificação dos recursos humanos e reconhecimento dessa estrutura por parte do MEC**, 2010. Monografia (Curso de Especialização em Políticas e Gestão da Segurança Pública). Academia de Polícia Militar e Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

SIMÕES, Moacir Almeida. **Brigada Militar: trajetória histórica e evolução na Constituição**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Ambivalências do ensino policial: Educar ou treinar? Um estudo em sociologia da conflitualidade. In: ADORNO, Sérgio e LIMA, Renato Sérgio. (Orgs.). **Violência, polícia, justiça e punição: Desafios à segurança cidadã**. São Paulo: Alameda, 2019, p. 229-300.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Dilemas do ensino policial: das heranças às pistas inovadoras, In: **Segurança, Justiça e Cidadania – Educação Policial n.º 7**. Ano 4, 2014, Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014, p. 11-30.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violência e Conflitualidades**, Porto Alegre: Tomo Editorial, **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/R6rzGXDgtCRn9V7sTy8vzXp/?format=pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Educar os policiais para a paz, tarefa inconclusa**. 2006, p. 6-7. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/1congresso/034_congresso_jose_vicente_tavares.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.